

O localismo é global? Direitos humanos e a narrativa midiática de travestis e transexuais em situação de rua e vulnerabilidade social

Is localism global? Human rights and the media narrative of transvestites and transsexuals living on the streets and social vulnerability

Erik Ruan Santana da SILVA¹

Resumo

O presente trabalho busca investigar, a partir das teorias e práticas dos direitos humanos e dos estudos de mídia, os processos de sociabilidades e discursos de organizações não-governamentais que buscam retratar, através das redes sociais digitais, as narrativas de pessoas travestis e transexuais que vivem em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Como breve recorte, propomos investigar os discursos das páginas chamadas de: ATTransparência (Associação Potiguar de Travestis e Transexuais em ação), e do Projeto Existimos (Visibilidade LGBTQIAP+ para pessoas em situação de rua). Como método utilizaremos a análise de discurso e, como aporte teórico os textos de Boaventura de Souza Santos (para pensar o localismo global), Joaquín Herrera Flores com a (re)invenção dos direitos humanos, Judith Butler e os problemas de gêneros, Sueli Carneiro e o feminismo contemporâneo.

Palavras-chave: Direitos humanos. Narrativa midiática. Travestis e transexuais.

Abstract

The present work seeks to investigate, based on the theories and practices of human rights and media studies, the sociability processes and discourses of non-governmental organizations that seek to portray, through digital social networks, the narratives of transvestites and transsexuals who live in situations of social vulnerability in Brazil. As a brief excerpt, we propose to investigate the speeches of the pages called: “ATTransparência” (Potiguar Association of Transvestites and Transsexuals in Action); and the “Projeto Existimos” (LGBTQIAP+ Visibility for homeless people) as a method we will use discourse analysis, and as a theoretical contribution the texts of Boaventura de Souza Santos (to think about global localism); Joaquín Herrera Flores with the (re)invention of human rights; Judith Butler and gender problems; Sueli Carneiro and contemporary feminism.

Keywords: Human rights. Media narrative. Transvestites and transsexuals.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF).
E-mail: erik.ruan@id.uff.br

Introdução

Os novos meios de comunicação e tecnologias como as redes sociais digitais nos apresentam maneiras de socialização até antes impensáveis pelas mídias tradicionais de massa, o que parecia ser, no entanto é, um caminho muito fértil para contatos e trocas.

Por isso, Sibilia (2016) nos convida a refletir sobre a valorização dessas redes digitais as quais têm possibilitado experimentações estéticas e políticas, promovendo múltiplas expansões de possibilidades existenciais. Ao apresentar uma revisão sobre o trajeto midiático, desde a mídia eletrônica até as mais recentes invenções do digital, a autora cita que os aparelhos como a tela do computador, tablets e smartphones, além de driblar os limites espaciais e temporais, se transformaram também, em janelas ligadas aos crescentes indivíduos que delas fazem parte. É nessa perspectiva, que as conexões e visibilidades de diversas subjetividades ganham força, constituindo sociabilidades alicerçadas por redes e aplicativos digitais.

Bandeiras como a cibercultura (LÉVY, 1999) ou a inteligência coletiva, já apresentam fundamentos teóricos possíveis de se refletir as imensas potencialidades vistas nas telas das redes sociais digitais. É nesse sentido, diante dos diversos avanços e constituições do sujeito e das formas de comunicação aparentes da sociabilidade em rede, que [...] “convém dar ouvidos também a outras vozes nem tão deslumbradas com as novidades e mais atentas para seu lado menos luminoso ou talvez simplesmente mais complicado (SIBILIA, 2016, p. 17)”, ou em outras palavras, é importante direcionar a atenção às vozes que pouco são ouvidas pela sociedade hegemônica, que ao exercitarem um direito plural e performativo no universo virtual, segundo Butler (2019), ganham o direito de existir.

Desse modo, propomos direcionar o nosso olhar para as comunidades e páginas virtuais de dois portais chamados de: “Attansparência”² e o “Projeto Existimos”³ que se apresentam num caráter de organizações não-governamentais em busca de promoverem

² Páginas do portal Attransparência/RN. Disponível em: <<https://www.instagram.com/attransparenciarn/>> <<https://www.facebook.com/Atransparencia.RN>> Acesso em: 20. Dez. 2023.

³ Páginas do Projeto Existimos. Disponível em: <<https://www.instagram.com/projetoexistimos/>> Acesso em: 29. Set. 2020.

vozes e visibilidades majoritariamente de pessoas transexuais, travestis e outras pluralidades da população LGBTQIAP+⁴.

O portal “Attransparência” possui algumas maneiras de se comunicar pelas redes sociais digitais, estando presentes no Facebook e no Instagram. A ONG está localizada em Natal no estado do Rio Grande do Norte e se caracteriza como uma associação potiguar de travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais, gays, intersexuais, não-binárias e assexuais.

Conforme os dados analisados no próprio portal⁵, a organização foi fundada pela geógrafa Rebecka de França em 29 de janeiro de 2012 no bairro de Mãe Luiza e possui ações bastante afirmativas na cidade, realizando conferências, palestras, reuniões, apoios e distribuições de alimentos para pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade social.

Nessa projeção, em 2020 também surgiu um novo projeto cujo o intuito é promover a visibilidade de pessoas afetadas pela pandemia do Covid-19⁶. Conhecido como “Existimos”, o projeto foi fundado pelo consultor de negócios André Nadolny que se dedica a proposta social doando barracas e arrecadando fundos para alimentação e vestuários distribuídos para pessoas trans que vivem em situação de rua na cidade de São Paulo.

O projeto surgiu em 16 de maio de 2020 com histórias como a da Chiara⁷, mulher trans de 28 anos que vive nas ruas em São Paulo e que ganhou visibilidade através do seu discurso publicado no Instagram da rede “Existimos”. Narrativas como essas são publicizadas em ambos os projetos. No portal “Attransparência” a rede já possui um pouco mais de 3.500 seguidores no Instagram e no Facebook por volta de 2.290 seguidores. No “Projeto Existimos” o canal já possui em média 53.200 pessoas em sua rede social digital.

⁴ Significado de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e o (+) representa todas as outras identidades de gêneros e orientações sexuais.

⁵ Postagem realizada em 9 de Julho no Instagram de Attransparência/RN. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CCb7RfYj0DI/>> Acesso em: 20. Dez. 2023.

⁶ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/eu-moro-na-rua-mas-ainda-sonho-a-vulnerabilidade-das-pessoas-trans-que-vivem-nas-ruas-de-sp/>> Acesso em: 20. Dez. 2023.

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CBJ7A78gAAAd/?utm_source=ig_embed> Acesso em: 20. Dez. 2023.

Devido ao constante crescimento dessas páginas e ao alcance e distribuição de conteúdos diversos, propomos questionar como problema de pesquisa: como são construídas as narrativas discursivas de travestis, transgêneros e transexuais visibilizadas pelas páginas “Attransparência/RN” e o “Projeto Existimos” em suas plataformas online? Tomamos este questionamento como um ponto de partida.

Buscamos, portanto, investigar o discurso e as sociabilidades na comunicação em rede por uma perspectiva dos direitos humanos, analisando as narrativas de travestis, transexuais e transgêneros publicadas nos portais de “Attransparência” e do “Projeto Existimos” em plataformas como Facebook e Instagram.

Identidades de Gênero, estudos de mídia e direitos humanos: reflexão e atravessamento conceitual

Os manifestos populares que surgem na contemporaneidade também colocam em pauta diversas questões sobre o reconhecimento existencial de múltiplas subjetividades, conseqüentemente, essas expressões da vontade popular nos alerta para novos atos políticos. Atos que são expressados por uma comunicação em rede e discursivamente articulados (ou não) por sociabilidades materializadas em determinado tempo e ciberespaço.

No entanto, devemos questionar que tipo de manifestações do discurso estão propiciando novas narrativas para a representação de um povo ou de um sujeito? Ou, todavia, que povo é esse no qual estamos citando? Convidamos a refletir não como o problema central desta pesquisa, que por sinal, já fora apresentado, mas como uma reflexão basilar para este texto.

O povo no qual estamos propondo investigar, é um povo que por hora, é invisibilizado, ocultado e interditado historicamente e estruturalmente por uma sociedade hegemônica, racista, xenofóbica e transfóbica. No entanto, esse povo, se considerarmos como a população LGBTQIAP+, é ainda mais apagado dentro do próprio movimento⁸, que são os corpos transgêneros, as travestis e transexuais, representadas pelo (T) da sigla da comunidade.

⁸ Movimento LGBTQIA+ referido à contextualização de Fachinni (2011) no sentido da organização política dos grupos fundados desde o final da década de 1970 no Brasil até hoje, como símbolo de luta e resistência.

Alicerçados pelo pensamento de Butler (2019), podemos perceber que:

Nem todos podem aparecer em uma forma corpórea, e muitos daqueles que não podem aparecer, que estão impedidos de aparecer ou que operam por meio das redes virtuais e digitais, também são parte do “povo”, definidos precisamente por serem impedidos de fazer uma aparição corpórea específica em um espaço público (BUTLER, 2019, p. 14).

A autora nos apresenta sua reflexão acerca dos corpos em aliança como política de aparecimento e reivindicação de existência e garantia de direitos ao reconhecimento público e privado. De todo modo, sabemos que existe uma condição de precariedade para a vida desses sujeitos, ou seja, pessoas trans e *queers*⁹ enfrentam uma luta constante contra a fome, a pobreza, o direito ao trabalho e a dignidade humana, retirada muita das vezes sob formas de violência organizada por determinadas estruturas sociais.

Outra justificativa é a maneira como podemos interrogar a aparição e constituição subjetiva desses corpos na cotidianidade midiática, sobretudo, nas tecnologias digitais e sociais. Santaella (2004) apresenta o corpo como sendo constituído pela linguagem e por instituições de poder, estando no limiar entre a natureza e a cultura, o natural e o artificial, o atual ou virtual. O que a autora busca dialogar, é que as novas tecnologias colocam em questão as fronteiras do humano e nos aconselha que exploremos os modos de subjetivação que derivam desse novo corpo, os quais são reformulados por membranas artificiais e virtuais.

Outro ponto crucial para esta reflexão, é pensar nesses corpos, como corpos que carecem discutir a efetividade dos direitos humanos. Herrera Flores (2009) propõe pensar a reinvenção dos direitos humanos como uma nova perspectiva de perceber os direitos como processos institucionais e sociais que possibilitem a abertura e a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana.

Nesta perspectiva, Herrera Flores (2009) busca perceber a efetividade dos direitos humanos para além da retórica, nos convidando a olhar para esses direitos como sendo capazes de efetivamente transformar os problemas concretos da humanidade, neste caso, se tratando das travestis e transexuais, os direitos humanos se fazem realmente presente na vida dessas pessoas? Convidamos a refletir. Para o autor, os direitos humanos, mais

⁹ Queer pode ser o sujeito da sexualidade desviante, o excêntrico que não deseja ser “integrado ou tolerado”. Pode ser, também, um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível (LOURO, 2020, p. 8).

que direitos propriamente ditos, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida. Ou seja, o problema não é de como um direito se transforma em direito humano, mas sim como um “direito humano” consegue se transformar em direito.

Como fundamentação para a ciência da comunicação e sua relação com o corpo, gênero e representações midiáticas da população LGBTQIAP+, partimos da perspectiva de Lucia Santaella (2004) ao analisar o corpo e a comunicação como sintoma da cultura. Para compreender a constituição do eu/ser a partir de fenômenos sociais espetacularizados pelos recursos midiáticos, ancoramos o nosso pensar em Paula Sibilia (2019).

Do ponto de vista mais desconstrucionista, vale salientar que os estudos, partindo pela perspectiva dos movimentos feministas, nos apresentam que, de acordo com Sueli Carneiro (2003) o fato que ilustra a potência desse movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o *status* jurídico das mulheres no Brasil. Essa história, começa a ser investigada pelo próprio movimento feminista, que, somente com uma visao desconstrucionistas e com o importante olhar de Judith Butler, começaram a perceber as diversas maneiras de ser mulher, sobretudo, pela perspectiva de genero.

Por sua vez, Butler (2007), começa a repensar os papéis de gênero e dos direitos das mulheres, para além da sexualidade e da binaridade, revolucionou os estudos feministas incluindo transexuais e desconstruindo os papéis de gênero. Buscou analisar os sentidos de vulnerabilidade e precariedade da vida. Butler nos leva a refletir sobre uma nova ontologia corporal, que “[...] implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social” (BUTLER, 2017, p. 15).

Em uma outra perspectiva, Louro (2020), cita que queer, movimento proposto por Butler para pensar os diversos corpos e identidades de gênero, passou a ser mais do que um qualitativo genérico para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, ganhando forma política e teórica. Desse modo, queer passa também a sugerir novas fraturas para epistemologias dominantes. De modo pós-estruturalista ou desconstrucionista, os estudos queer ancorados nas investigações da mídia, comunicação e linguagem, podem apresentar perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras.

Para além desse sentido e caminhando para um consentimento contemporâneo e urgente, propomos nos fundamentar também em embarcar na construção da pesquisa por

um olhar decolonial. Refletindo, portanto, na desconstrução de um movimento dominante no campo da práxis da comunicação para o desenvolvimento de um pensamento pós-colonial/decolonial (STEINBRENNER, CASTRO, 2019). Pretendemos, no entanto, realizar um giro decolonial, pensando a decolonialidade como uma crítica ao sistema colonial de modelo dominante da modernidade ocidental.

Apesar das características um tanto distintas do pensamento foucaultiano e de Deleuze criticamente assumidas em seu ensaio publicado originalmente em 1985, Spivak (2010) levanta o questionamento: “pode o subalterno falar?”, fundamental para repensarmos essas estruturas dominantes a partir do olhar no sujeito.

É nessa perspectiva que nos dispomos a construir esta pesquisa, que ainda se encontra em andamento, mas aqui esboçamos um ensaio para a disciplina, com um olhar decolonial, o que se torna um desafio ainda a ser trilhado. De todo modo, é fundamental para refletirmos o nosso “lugar de falar” como aponta Djamila Ribeiro (2019) até mesmo para pensar a nossa posição enquanto pesquisadoras e pesquisadores.

Por isso, Boaventura de Souza Santos (1997), nos apresenta a relação da globalização e do local, possibilitando a regionalização das epistemes. Para Souza Santos, o localismo só é globalizado quando o local se torna global, fazendo uma crítica aos direitos humanos universais, entendido como localismo globalizado: de cima para baixo e instrumento de choque para globalização. O autor, faz uma enorme contribuição para analisar os direitos humanos por uma ótica contra hegemônica, para ele, existem formas de luta e alternativa de se fazer valer os direitos pela vida, como aponta o cosmopolitismo.

Segundo Souza Santos (1997), o cosmopolitismo pode ser organizações mundiais de grupos sociais subalternizados, ongs, militância, terceiro setor, organizações feministas, organizações transnacionais de direitos humanos, movimentos artísticos, científicos e literários. Portanto, os projetos “Attransparência” e o “Existimos” que aqui apresentamos como objeto de análise, podem ser considerados como uma ferramenta de cosmopolitismo.

Percurso metodológico: as formações discursivas no Instagram Attransparência e no Projeto Existimos

A proposta metodológica se apresenta com um caráter híbrido pois pretendemos realizar uma investigação pautada na perspectiva foucaultiana levando em consideração

a análise de discurso e os estudos da internet e da comunicação mediada pelas redes sociais digitais.

Seguindo um caminho de pesquisa qualitativa, exploratória e desconstrucionista, buscamos investigar os discursos nas plataformas da “Attransparência” e do “Existimos” não se limitando aos conteúdos que são apresentados. A proposta é percorrer entre as páginas do Facebook e Instagram e mapear um conjunto de diálogos e de conteúdos em formatos de vídeos, textos ou imagens discursivas.

Considerando Foucault (1970) que o discurso é um conjunto de enunciados que podem ser controlados e redistribuídos por determinadas instituições de poder, é que levamos em consideração que todo discurso que está materializado nas mídias sociais digitais é um já dito, portanto, seguimos a hipótese foucaultiana de que tudo é discurso.

Entretanto, se considerarmos que a ONG “Attransparência RN” possui um pouco mais de 90 publicações¹⁰ em sua rede no Instagram e mais de 1.000 conteúdos no Facebook e, a página “Existimos” por volta de 170 publicações somente no Instagram¹¹, esta análise poderia se tornar humanamente impossível de se realizar se caso não estabelecermos um recorte temporal e uma amostra preliminar desses dados. Sobretudo, pois, segundo Bauer e Aarts (2002), se apresentamos uma pesquisa qualitativa com um grande número de textos ou imagens, o sentido poderá se tornar saturado e repetitivo. Ou ainda, se uma pesquisa qualitativa envolve um alto volume de material, poderá ser identificada como um incômodo atrativo. E não é o que queremos com a formatação deste projeto.

Sob essa perspectiva, estabelecemos um recorte de análise temporal considerando os conteúdos publicados a princípio somente no Instagram. Analisando previamente a página de “Attransparência”¹², os conteúdos estão ativos em média há cinco anos nessa rede social, sendo no Instagram a partir de 2017. Por outro lado, o “Projeto Existimos”

¹⁰ Dados do perfil “Attransparência RN”: 98 publicações no Instagram e 1.078 itens no Facebook. Disponível em: <https://www.instagram.com/atransparenciarn/> e https://www.facebook.com/Attransparencia.RN/photos/?ref=page_internal. Acesso em: 22 de Dezembro de 2023.

¹¹ Dados do perfil “Projeto Existimos”: 174 publicações no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/projetoexistimos/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

¹² Dados do perfil “Attransparência RN” no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/Attransparencia.RN/photos/?ref=page_internal Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

possui uma única fonte de análise: também o Instagram, ativo em 2020 logo no início da pandemia da covid-19 no Brasil.

Portanto, após mapear os discursos materializados e publicados no Instagram não se limitando ao formato e sim na maneira como as narrativas são constituídas nesses ambientes digitais, selecionamos quatro conteúdos para analisar no presente artigo. Desse modo, buscamos investigar conforme o discurso em Foucault (1969), os conceitos, as escolhas temáticas e a modalidade do discurso, compreendendo todos esses critérios como parâmetro para a formação discursiva.

Narrativa midiaticizada de travestis e transexuais em situação de rua e de vulnerabilidade social

Refletir sobre os estudos de gênero é urgente, principalmente quando tratamos de direitos humanos. Sua reflexão requer um cuidadoso olhar para o seu pertencimento no mundo, sobretudo do mais ou das mais vulneráveis. O que pretendemos discutir aqui, é um resgate muito cauteloso das teorias feministas que fomentam a temática de mulheres trans, cautelosa análise pois muitas delas não conseguiram contar as suas histórias, não ocuparam e talvez não ocupem o universo acadêmico como deveriam.

Para compreendermos essa discussão, primeiro devemos abordar as terminologias e esclarecer de modo geral o seu significado. O conceito “trans” conforme Rodovalho (2017) começa a ter aparição na década de 1920, o que se opõe ao conceito de “cis”, termo esse que só foi categorizado quase na virada do século XXI.

Conforme a autora, as identidades de gênero dizem respeito ao que é transgênero e ao que é cisgênero, ou seja, aquilo que cruza e aquilo que deixa de cruzar. Pessoas cisgênero são aquelas que aceitam aquilo que lhe atribuíram ao nascimento. Pessoas trans são aquelas que não aceitam ou não se reconhecem naquilo que lhe atribuíram ao nascimento.

Esse conceito trans no século passado só existia nas discussões médicas - nos consultórios ou nos manicômios - isso porque segundo Rodovalho (2017), esses sujeitos passavam a ser diagnosticadas como pessoas loucas e talvez por conta da própria repressão e da institucionalização desse tipo de discurso, a sociedade fazia com que elas próprias acreditassem no que as chamavam de doentes.

A repressão é uma característica do controle da sexualidade bem exemplificada por Foucault (1988), ao que chamará de processos de interdições. Isso exemplifica os domínios da sexualidade pertencentes ao discurso médico. Foucault esclarece que as instituições médicas, religiosas e até mesmo educacionais, há muito tempo buscavam intervir sobre as questões da sexualidade. A partir do século XVII, o filósofo considera que seria esse o início de uma repressão sexual própria das sociedades burguesas. Para ele, “dominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso” (1988, p. 21). Em primeiro momento, se tornou necessário reduzi-lo ao campo da linguagem para controlar a livre circulação do discurso, retirá-lo e bani-lo das coisas que são ditas e extinguir as palavras que proliferam a sexualidade. Sendo portanto, o início de uma possível interdição no campo discursivo sobre o sexo.

Isso explica a relação do domínio não somente da sexualidade, como também das identidades de gênero. E é nesse sentido que podemos dizer que os discursos até hoje proferidos como loucura ou doença, atormentam de forma estrutural a população trans. Pensando sob a perspectiva desse ciclo da interdição, o poder age como uma lei de proibição - “não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo” (FOUCAULT, 1988, p. 81) - fazendo com que o gênero estivesse em constante renúncia a si mesmo.

Figura 1 - Depoimento Nath



Fonte: Projeto Existimos, publicado em 6 de Junho de 2020.

Nesta perspectiva, ao analisarmos as publicações do projeto, percebemos que conforme a história da Nath¹³ que reside na rua há 15 anos, o ciclo de interdição iniciou na sua família e na sua própria cidade, o que fez dela migrar para outra região do país e mesmo assim, passa a não ganhar visibilidade, morando nas ruas pois não houve acolhimento por parte do Estado, é um corpo que ainda reside na margem da vulnerabilidade, um corpo que é interditado, inclusive pelos próprios direitos humanos.

Indo na contramão desses discursos, o processo de identidade trans também perpassa pela transição do corpo binário (homem e mulher) e desconstrói os estereótipos estabelecidos por uma sociedade cissexista. Rodvalho (2017) reflete a construção desses corpos como uma transição que muitas das vezes se limita ao gênero oposto, criando estereótipos idênticos aos que não foram atribuídos ao nascimento. Mulheres trans por exemplo, buscam na sua perspectiva uma apropriação igual a outras mulheres cis, a autora esclarece que:

Isso não quer dizer, de forma alguma, que nós efetivamente nos sujeitamos ou devemos nos sujeitar aos estereótipos cis, imitá-los à perfeição, para poder exigir que nos respeitem, que nos deixem em paz, mas sim que existe todo um investimento na construção desse corpo, corpo que também é identidade, para diminuir o desgaste de ter que negociar, com quem interage com você, o que você é ou deixa de ser (RODOVALHO, 2017, p. 368).

É compreensível pensar que esses corpos busquem maneiras de dialogarem com a sociedade a ponto de não serem vistas como chacotas ou como doentes, ou que através desses corpos, se travestem tanto ao ponto de voltarem a serem invisíveis ou em outros casos ao ponto de se afirmarem enquanto mulheres que são. Esse pensamento nos leva a refletir sobre a auto-identificação desses sujeitos.

¹³ Dados do perfil “Projeto Existimos”: Depoimento de rua. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CBGmCBXAaiG/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

Figura 2 - Depoimento Chiara



Fonte: Projeto Existimos, publicado em 7 de Junho de 2020.

Em seu discurso, Chiara nos convida a sonhar, mesmo em situação de invisibilidade, ela promove um alerta, sobretudo para outras mulheres trans, que o sonho e a força de vontade devem persistir. Chiara inicia o seu depoimento afirmando que o seu corpo é resistência, resistência ao sistema que vulnerabiliza e que portanto, não a permitiu seguir os seus sonhos. Em sua narrativa analisada, Chiara, antes de ir morar nas ruas, gostaria de ter tido a oportunidade de estudar artes cênicas ou de desenvolver outras atividades, porém, os direitos humanos parece que não a garantiu moradia e condições dignas de sobrevivência, o que culminou em alternativas de trabalho como “pedir esmolas” ou fazer “programa”, no submundo da prostituição, como ela cita em seu discurso.

Por outro lado, de acordo com Rodovalho (2017) a auto-identificação não é suficiente para a aceitação da população trans na sociedade, pois o corpo fala e os estereótipos impostos socialmente comunicam o que está para além do que acreditamos ser. Ou seja, a auto-identificação não basta, pois o corpo transmite o que somos. Independente de assumir uma posição binária (homem ou mulher), as trans não estarão, por exemplo, isentas de violências ou de invisibilização, o que discutiremos em breve.

Figura 3 - Visibilidade Trans: Rebecka de França

Fonte: Portal ATTransparência, publicado em 18 de Janeiro de 2021.

Com o intuito de promover mais conscientização social sobre o reconhecimento de pessoas transsexuais e travestis, a ONG Attransparência, começou a promover um movimento anual sobre a visibilidade trans que reúne até hoje diversas pessoas da comunidade LGBTQIAP+, o movimento engajado em rede, promove debate nas ruas, palestras e até ganham força política e partidária, como diria Butler, é uma construção de “corpos em aliança” buscando proteção, reflexão e respeito às pessoas trans.

O movimento trans existiu por muito tempo na obscuridade e suas pesquisas e teorias ainda caminham em passos lentos. Isso porque os estudos feministas só passou a reconhecer as mulheres transsexuais e transgêneros como pertencentes ao movimento somente no final do século passado. Conforme Connel (2016), o termo transexual aparece nas teorias feministas a partir do pensamento de Beauvoir em um artigo publicado em 1949, mesmo ano de sua obra “o Segundo Sexo”. As discussões que permeavam a conceituação trans, envolvia questões de redesignação¹⁴ de gênero, envolvendo tratamento endocrinológico ou cirurgias realizadas por médicos na Alemanha associados ao Instituto Hirschfeld para ciência sexual.

Um pouco depois, na década de 1950, o caso de Christine Jorgensen - primeira trans a realizar o processo de redesignação na Dinamarca - proporcionou visibilidade às reivindicações que já existiam na época e se tornou a face pública da transexualidade no mesmo ano. Como afirma Connel (2016, p. 226) “no deslumbre da assombrosa publicidade ao redor de Jorgensen, uma quantidade inesperada de sofrimento de gênero e projetos de base sobre mudança de gênero anteriormente sem visibilidade, passaram a ter

¹⁴ Processo cirúrgico de mudança de sexo.

visibilidade na metrópole global” o que possibilitou um avanço para a reflexão dos estudos de gênero.

O desenvolvimento da medicina e o pensamento político da transexualidade emergem dos pensamentos da esquerda europeia e estadunidense, sobretudo nos centros comunitários de São Francisco e Nova Iorque nas décadas de 1960 a 1970. A princípio, o movimento feminista não deu atenção às mulheres transexuais. De acordo com a autora, em 1973 Robin Morgan - influente pensadora da época - lançou um ataque público a uma mulher transexual que teria sido convidada para se apresentar na abertura de uma conferência lésbica na Califórnia, Connel (2016). Em seguida, outra pesquisadora conhecida como Mary Daly, apontou a transexualidade como uma “invasão necrofílica” dos corpos femininos.

A autora aponta diversos casos em sua obra exemplificando a resistência do movimento feminista a aceitarem e compreenderem as mulheres transexuais. Somente com os avanços e a quebra de preconceitos, é que Judith Butler juntamente com grandes outras pensadoras, buscaram desconstruir os papéis de gênero enraizados pela concepção machista, elitista e racial pertencentes nos estudos feministas até por volta dos anos de 1980.

De acordo com Connel (2016, p. 229), “Butler renunciou à suposição de uma base natural da identidade das mulheres, e, dessa forma, do feminismo.”. Muito mais do que a sexualidade, a autora revolucionou os estudos feministas incluindo transexuais e desconstruindo os papéis de gênero, o que possibilitou grandes avanços nas pesquisas sobre mulheres transexuais e travestis. Conforme o desenvolvimento do conhecimento sobre esses sujeitos, Connel (2016, p. 234) afirma que “reunir identidades dessa forma construiu uma ‘comunidade trans’ heterogênea e incluiu o T no LGB(T)QIAP+ já existente.”. Entretanto, mesmo diante de importantes conquistas, o movimento Trans ainda encara problemas relacionados às instituições religiosas, familiares, econômicas, políticas e sobretudo, à violência.

Figura 4 - Vidas Trans e Travestis Importam

Fonte: Portal ATTransparência, publicado em 29 de Janeiro de 2024.

Se observarmos, no projeto ATTransparência¹⁵, recentemente divulgou uma campanha com as diversas mulheres trans fazendo um apelo a não violência contra esses corpos. O grito que ecoava no vídeo analisado no Instagram era a narrativa “pare de nos matar” como um convite à visibilidade para que a população se conscientizasse a respeito de que vidas trans importam.

Considerações finais

Diante desse exercício de pensar o local com o intuito de alcançar uma visibilidade global, esses movimentos que buscam dar representatividade a esses corpos “invisíveis”, parece não alcançarem a sanar as dores vivenciadas pelos quadros de violência que vivem as mulheres transexuais e travestis no Brasil. Neste sentido, é como se os direitos humanos de fato não se efetivassem quando falamos desses corpos. Onde se encontra o Estado? Quais corpos são passíveis de direitos?

Parece haver na passagem da modernidade para a pós-modernidade, uma tentativa de dominação inédita, diria, até uma prática disciplinar bastante efetiva do ponto de vista capitalista na contemporaneidade, para ser mais preciso, Dufour (2005), chamará de um momento neoliberal onde parte da inteligência do capitalismo se põe a serviço da “redução das cabeças”. Para Dufour, o neoliberalismo é o novo estado do capitalismo,

¹⁵Dados do perfil “Attrtransparencia”: Depoimento da ONG. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C2safdVg4sU/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2023.

aquele que exerce através das trocas mercadológicas a tentativa de dessimbolar o mundo.

Nestas produções de sentidos, materializadas por meio da linguagem no Instagram dos portais aqui apresentados, entendemos que a discussão sobre direitos humanos ainda precisa ser bastante extensa, não cabendo em apenas um artigo. Em nossa perspectiva, o Estado neoliberal tem se tornado fonte de disputa de quem merece viver e quem merece morrer, a auto aniquilação do sujeito é operada por dispositivos que nem sequer chegam a ser de fato visibilizados, pois, por mais virais que sejam os conteúdos aqui apresentados, esses corpos ainda continuam nas ruas e vivem na margem da pobreza no país.

Referências

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo, n.Versos, 2016.

BAUER, Martin. W.; AARTS, Bas. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. In: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. (Eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgressoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icària editorial, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Tradução Fernanda Siqueira Miguens - 4 ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARNEIRO, SUELI. **Mulheres em movimento**. Rev. estudos avançados, ed. 17 (49), 2003.

DUFOUR, Dany-Robert. **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Tradução: Sandra Regina Felgueiras. editor: José Nazar - Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 1926 - 1984. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves - 6ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France. Publicado na França por Editions Gallimard, Paris, 1970.

FLORES, J. H. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

KRAMBECK, Rafael, Soares. **Cyberqueer**: performances de gênero e mobilização de traços identitários na construção da narrativa da personagem Katylene no blog e no twitter. Dissertação (Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 111p. Porto Alegre. 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3 ed. rev. amp - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

PEREIRA, Dieison. **Documentário queer no sul do brasil (2000 a 2014)**: narrativas contrassexuais e contradisciplinares nas representações das personagens LGBT. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6366>>. 231 p. (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>>. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. (Coleção Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo, 2019.

RODOVALHO, Amara Moira. **O cis pelo trans**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/Ct6B9JMscBjgK4DZgjXQkgn/?lang=pt>>. Rev. Estudos. Fem., Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365- 373, abril, 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação**: sintoma da cultura. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, B.S. **Uma concepção multicultural dos direitos humanos**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp>>. Lua Nova. Número 39. 1997. pp 105-124.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. 2ª Edição. Rio de Janeiro - Contraponto, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 133p., 2010.

STEINBRENNER, Rosa. M. A. CASTRO. Edna M. R. **Desenvolvimento e pensamento pós-colonial/decolonial: revendo conceitos e práxis**. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-2133-1.pdf>>. 29. Set. 2020.